



MULHERES, CIÊNCIA E A ESCRITA DE SI: desafios epistemológicos da enunciação de mulheres na ciência contemporânea

MUJERES, CIENCIA Y LA ESCRITA DE SI: desafíos epistemológicos de la enunciación de mujeres en la ciencia contemporânea

WOMEN, SCIENCE AND THE IS WRITING: epistemological challenges of the enunciation of women in contemporary science

Tayane Rogeria Lino¹ & Cláudia Mayorga²

Resumo: O ensaio investiga os modos de ser/estar de mulheres cientistas no contemporâneo. Tendo como objetivo estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do lócus enunciativo das mulheres neste campo. Para tanto, discorre-se sobre os desafios metodológicos e epistemológicos desta investigação, refletindo sobre as contribuições do feminismo para a produção científica do conhecimento em seu nível ontológico, epistemológico e metodológico em um constante movimento de ruptura e aproximação com o modelo científico hegemônico vigente. As tensões apresentadas por teóricas feministas e o referencial teórico-metodológico cartesiano atual versam em torno das condições intersubjetivas de produção a construção de si e o reconhecimento social-científico de epistêmes que rompem com a tríade universalidade, neutralidade e objetividade. As críticas feministas ao modelo científico hegemônico identificam a ausência/invisibilidade da mulher na ciência e a proposição de novos/antigos fazer no campo. Vemos aqui a reclamação do lugar de sujeito da ciência e na ciência.

Palavras-chave: escrita de si, relações de poder e epistemologia feminista.

¹ Tayane Rogeria Lino é doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG e professora no Centro Univesitário UNA Bom Despacho-MG. tayanelino@gmail.com.

² Cláudia Mayorga é professora da UFMG e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão Conexões de Saberes – Conexões de Saberes.

Resumen: El ensayo investiga los modos de ser/estar de mujeres científicas en el contemporáneo. Con el objetivo de establecer una discusión en torno al complejo debate sobre el locus enunciativo de las mujeres en este campo. Para ello, se discurre sobre los desafíos metodológicos y epistemológicos de esta investigación, reflexionando sobre las contribuciones del feminismo a la producción científica del conocimiento en su nivel ontológico, epistemológico y metodológico en un constante movimiento de ruptura y aproximación con el modelo científico hegemónico vigente. Las tensiones presentadas por teóricas feministas y el referencial teórico-metodológico cartesiano actual versan en torno a las condiciones intersubjetivas de producción a la construcción de sí y el reconocimiento social-científico de epistemes que rompen con la tríada universalidad, neutralidad y objetividad. Las críticas feministas al modelo científico hegemónico identifican la ausencia/invisibilidad de la mujer en la ciencia y la proposición de nuevos/antiguos hacer en el campo. Vemos aquí la queja del lugar de sujeto de la ciencia y la ciencia.

Palabras clave: escritura de sí, relaciones de poder y epistemología feminista.

Abstract: The investigates essay the ways of being of scientists female in the contemporary world. Aiming to establish a discussion about the complex debate about the enunciative locus of women in this field. In order to do so, we discuss the methodological and epistemological challenges of this research, reflecting on the feminism contributions to the scientific production of knowledge in its ontological, epistemological and methodological level in a constant movement of rupture and approximation with the current hegemonic scientific model. The tensions presented by feminist theorists and the current Cartesian theoretical-methodological referent revolve around the intersubjective conditions of production, the construction of oneself, and the social-scientific recognition of epistems that break with the triad universality, neutrality and objectivity. Feminist critiques of the hegemonic scientific model identify the absence/invisibility of women in science and the proposition of new/old to do in the field. We see here the claim of place of subject of science and science.

Keywords: self-writing, power relations and feminist epistemology.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.

Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?*, p.126.

Iniciamos este ensaio localizando as motivações, desejos e interesses que dão origem a esta proposta reflexiva. A proposta visa a investigação os modos de ser e estar de mulheres cientistas no contemporâneo pensando os pilares da produção científica no século XXI. Nestes termos o objetivo é estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do *lôcus* enunciativo das mulheres

neste campo. Para esse fim o ensaio teórico é uma resultante dos diálogos estabelecidos com a teórica diaspórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, mais especificamente em seu texto *Pode o Subalterno Falar?*, publicado originalmente em sob o título ‘Can the subaltern speak?’ no ano de 1988 e recentemente traduzido para o português por Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa, em 2010, e as críticas feministas ao modelo científico vigente. Estas críticas trouxeram interpelações a ciência, proposições e (re)desenhos de como estabelecer conhecimento no presente. O que por sua vez foram estabelecidas pelo pensamento feminista constituindo uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna, que tem se materializados como a única forma legítima de produzir e obter conhecimento científico.

Procura-se refletir sobre as contribuições do feminismo para a produção científica do conhecimento em seu nível ontológico, epistemológico e metodológico em um constante movimento de ruptura e aproximação com o modelo científico hegemônico vigente. As tensões apresentadas por teóricas feministas e o referencial teórico-metodológico cartesiano atual versam em torno das condições intersubjetivas de produção a construção de si e o reconhecimento social-científico de epistêmes que rompem com a tríade universalidade, neutralidade e objetividade. As críticas feministas ao modelo científico hegemônico identificam a ausência/invisibilidade da mulher na ciência e a proposição de novos/antigos fazer no campo. Vemos aqui a reclamação do lugar de sujeito da ciência e da ciência em si.

157

PROCESSOS DE SUBALTERNIZAÇÕES e enunciação de mulheres na ciência

No caminho para algumas respostas e no desenvolvimento de novas perguntas abordaremos o debate sobre o termo subalterno, das reflexões sobre subalternidade e sobre a ciência. A teórica Gayatri Spivak (2010) em sua obra, *Pode o subalterno falar?*, se debruça sobre a possibilidade de fala do subalterno, a partir da discussão do *locus* enunciativo do subalterno no campo científico e social. Com um título sugestivo e provocador a intelectual indiana, trata, a partir da “paisagem” da colonização da Índia pela Inglaterra e do ritual *Sati* praticado por viúvas indianas, da possibilidade de atuação de uma intelectualidade

periférica, e da possibilidade de fala/escuta do sujeito subalterno nas esferas públicas a partir da discussão quanto ao *locus* enunciativo do subalterno.

Durante o caminho reflexivo da autora, na busca por uma resposta a pergunta título do seu ensaio, qual seja, a (im)possibilidade de fala do subalterno, uma questão que se faz presente: quem é o subalterno? O que a autora esta nomeando como subalternidade? Este é um ponto que merece atenção. Em *Pode o subalterno falar?* Spivak constrói uma reflexão sobre subalternidade, o que torna imprescindível a localização de quem ela entende como subalterno em sua proposta reflexiva. Aproximações e distanciamentos conceituais marcam a constituição de sua teoria sobre o subalterno e, por este motivo, cabe aqui abordar como o termo subalterno se apresenta para Spivak. Para a autora o subalterno não é visto como um sinônimo direto para o oprimido “mas como representação aos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (FIGUEIREDO, 2010, p.85), assim o subalterno é aquele que tem a fala impedida de reconhecimento.

Em sua proposição teórica, o subalterno é aquele que tem limitado ou nenhum acesso às instâncias de fala, resultado de um imperialismo cultural e intelectual. Gayatri Spivak sugere que ao subalterno é negado o acesso a ambas as formas miméticas e política de representação. A autora afirma que o ‘subalterno’ descreve “as camadas inferiores da sociedade constituída por modos específicos de exclusão de mercados, político-legal de representação, e a possibilidade de adesão plena em estratos sociais dominantes”³ (SPIVAK, 1999, XX).

Nestes termos, termo ‘subalterno’ como um conceito que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão à margem na disputa por poder da estrutura hegemônica. Este enfoque se recusa a pensar a subalternidade como o essencializador relacionado apenas com o colonial ou pré-moderno. Ao contrário, compreende a subalternidade como “um conceito para designar o novo sujeito que emerge nos interditos da globalização” (BEVERLEY, 2004, p. 337)⁴. A Subalternidade é abordada como uma posição subjetiva relacional de

³The “subaltern” describes “the bottom layers of society constituted by specific modes of exclusion from markets, political-legal representation, and the possibility of full membership in dominant social strata.” (SPIVAK, xx).

⁴un concepto para designar el nuevo sujeto que emerge en los intersticios de la globalización” (Beverley, 2003, p. 337).

complementaridade, não uma identidade, uma resultante e produtora de relações de poder que regem uma sociedade injusta. Em suma Spivak (2010) afirma que os subalternos são aqueles que não participam, ou participam de modo muito limitado, sendo sujeitos mudos pelo imperialismo cultural e pela violência epistemológica.

A relação entre conhecimento científico, (re)produção de posições subalternas e o que ganha status de verdade científica e social traz para o centro do debate a produção intelectual na modernidade e enfatiza a importância de uma prática científica contra hegemônica (VERÇOZA, 2012).

Nas suas proposições, a condição subalterna é o silêncio. O subalterno, nestes termos, são aqueles que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente. O subalterno carece, fundamentalmente, de alguém que o represente por sua condição de silenciado (FIGUEIREDO, 2010). Para Spivak, há uma relação direta entre falar por e representar, onde ambos podem cair no vazio da invisibilidade do subalterno. Ambas exigem um falante e um ouvinte, o que caracterizaria um diálogo. Para a autora, este espaço dialógico não existe para o subalterno, que termina invariavelmente no silêncio, ou melhor, na surdez do outro. Ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de criar, por parte dos intelectuais, formas de deixar os subalternos se fazerem ouvir.

159

Para usar uma conhecida metáfora de Gayatri Spivak, o que começou como um *portrait* — representação, no sentido de "falar" — tornou-se *proxy* — representação, no sentido de falar por — e que apareceu como que algo interrompia ou ultrapassava a lógica capital do estado moderno — a proliferação de heterogeneidade cultural para além dos limites da "cidade letrada" e pedagógico hegemônico de cultura tornou-se novamente um problema da razão de Estado e com a colaboração da instituição acadêmica com a razão (BEVERLEY, 2004, p. 337)⁵.

Se a condição de subalternidade é o silêncio, silêncio este que exclui a possibilidade de auto-representação dos sujeitos e exige que este sejam

⁵Para usar una conocida metáfora de Gayatri Spivak, lo que comenzó como *portrait* — representación en el sentido de "hablar de"— se convirtió en *proxy* —representación en el sentido de hablar por—y lo que apareció como algo que interrumpía o excedía la lógica del capital y del estado moderno —la proliferación de heterogeneidades culturales más allá de los límites de la "ciudad letrada" y la cultura pedagógica hegemónica— de nuevo se volvía un problema de la razón del estado y de la colaboración de la institución académica con esa razón.

representados por outrem, a afirmativa nos conduz novamente para a instigante pergunta da autora: Pode o subalterno angariar o lugar de fala? (FIGUEIREDO, 2010). Alguns diriam que tenho uma leitura muito otimista da resposta dada por Spivak, mas, se associada ao grupo teórico em que ela compõe a fala, a minha leitura ‘é menos romantizada: a fala só é possível, a partir do momento em que propormos, tal como ela faz, a produção – científica, política, social e econômica - de uma história em que a narrativa da “verdade dos subalternos” esteja em foco. O certo, é que a possível maneira de colocar o subalterno para falar não é “doando-lhe voz”, ou falando por ele, mas permitir espaço para que ele se expresse de forma espontânea.

Spivak (2010), parece revelar quais são suas intenções com o seu texto que passa por uma reflexão sobre a agência dos sujeitos a partir da possibilidade de fala dos subalternos – em outras palavras, de autonomia, de reconhecimento e legitimidade – explicita aproximações e distanciamentos da autora com o grupo de teóricos pós-colonialistas e dos Estudos Subalternos. Isso, principalmente, no que diz respeito à agência, resistência, ação política e mudança social. Ao contrário das abordagens/leituras que a compreendem como uma pessimista que não "oferece uma saída" para os subalternos compreendo suas reflexões como um convite a uma análise das relações entre dominador e subalterno. Estas relações não são compostas por sujeitos fixos, mas, ao contrário, por sujeitos que podem mudar sua posição de acordo com a nomeação de quem é outro. Esta proposta complexifica o olhar sobre a subalternidade e exige que historicizemos sobre quem se mantém durante mais tempo em posições desprivilegiadas ou de subalternidade.

Em seu texto Spivak assume uma posição crítica frente a um amplo debate político-intelectual de meados da década de oitenta do século passado. Elabora ao longo de sua obra uma que reflete e questiona aos princípios teórico e epistemológicos da ciência moderna. Interroga os fundamentos da ciência e da filosofia produzida na Europa à partir das experiências e da produção de saberes oriundas dos territórios coloniais. Para tanto a autora problematiza o sujeito cognocente, caminhando em direção as reflexões sobre o sujeito do Terceiro Mundo e o discurso ocidental.

Spivak (2010) ao pontuar os impactos da produção científica para a construção da inteligibilidade e reconhecimento dos sujeitos, reflete sobre a supremacia masculina na produção científica colonial, explicita uma posição que

percebe o conhecimento com um forte viés domínio colonial, discorre sobre o silêncio das mulheres, enfatizando a "mudez" feminina nas diversas esferas do campo público.

Spivak (2010) conclui que ao subalterno resta o silêncio, e que a posição da mulher subalterna é ainda mais grave. Spivak dialoga diretamente à mulher, especialmente à “pobre e negra” (SPIVAK, 2010, p.85). E o faz a partir da constatação da relação entre poder, saber e dinâmicas de gênero/raça/classe. Ao radicalizar o silêncio dos grupos emudecidos, principalmente as mulheres, pelo imperialismo explicita também a necessidade do reposicionamento das mulheres no espaço social e científica, dizendo da importância do exercício de fala, da historicização das desigualdades e seus impactos na estrutura social.

O que está em jogo nas proposições de Spivak é o que é tido como verdade, e quem teve silenciado sua voz para que as verdades se tornassem a verdade. A autora propõe uma releitura sobre o que é tido como verdade ao transportar esse debate para outro lugar: a capacidade do subalterno de representar-se (FIGUEIREDO, 2009).

Gayatri reflete sobre a supremacia masculina na produção científica colonial. Discorre sobre o silêncio das mulheres, enfatizando que a ‘mudez’ feminina – termo usado pela autora – configura-se na necessidade do reposicionamento das mulheres no espaço social, dizendo da importância do exercício de fala. Spivak (2010) conclui que o subalterno não pode falar, e que a posição da mulher subalterna é ainda mais grave.

Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino (FIGUEIREDO, 2010, p.87).

Ao refletir sobre as mulheres como um sujeito subalterno, Spivak (2010) explicita a marginalidade destas, como na cena científica colonial, que segundo ela e em consonância com muitas teóricas feministas, é dominado pelo masculino. A autora parece não apontar caminhos para que as mulheres libertem-se do estigma da subordinação, sendo intensamente crítica, sob justificativa da impossibilidade de mudança social e a incoerência entre seu lugar social e sua produção intelectual.

Spivak (2010) conclui seu texto afirmando:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (p.126).

Sandra Almeida (2010), no prefácio do livro *Pode o Subalterno Falar?*, ao discorrer sobre a conclusão a que Spivak (2010) chega em sua obra, considera que a autora vai além de uma resposta rápida e objetiva. Para ela, sua conclusão “refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a)” (ALMEIDA, 2010, p.26).

A interrogação apresentada por Spivak em seu ensaio atinge o cerne das reflexões modernas sobre representação, mudança social e transformação das realidades vigentes. A pergunta de cunho epistêmico-metodológico do “falar por” ou “falar com” na produção científica realizada por Spivak continua bastante atual. A intelectual convoca pesquisadores terceiro mundistas do ocidente e oriente a uma postura de radicalize a articulação entre conhecimento, política e cultura na constituição de mecanismos em que os subalternos se articulem, falem e sejam ouvidos.

162

AS CRÍTICAS FEMINISTAS a ciência moderna

No contemporâneo uma pluralidade atores sociais se levantam e ganham força na cena política e científica ao denunciar a sociedade ocidental como sexista, machista, racista, classista entre outros. A emergência dessa pluralidade de movimentos sociais, políticos e científicos nas últimas décadas do século XX, dos chamados “novos movimentos sociais”, proporcionou a politização de diferentes hierarquias sociais e reconhecimento do espaço político como policentrado (LACLAU, 1993; MOUFFE, 1996). Noções fundamentais aos projetos marxista, feminista, antirracista de sociedade fecundou questionamentos das noções ontológicas do sujeito histórico resultando em uma disputa pelo *status* de verdade da história, na denúncia da centralidade do espaço político, na interpelação dos sujeitos que angariam lugares de fala (ZIZEK, 2003) e no desenvolvimento de lutas na construção de projetos políticos que buscassem efetivamente alterar a ordem existente. Assim distintas instancias da esfera

pública são questionadas – a política, a ciência, o mercado de trabalho, etc. É neste cenário de reivindicações e da exigência de reconfigurações sociais que o movimento feminista, em sua pluralidade, se insere.

O movimento feminista em sua expressão acadêmica, social e política aponta que a história, que angariou status de verdade, foi uma história dos homens passando a reivindicar uma história contada a partir do lugar social das mulheres (ANZALDÚA, 2004). Ao afirmarem que as mulheres foram subalternizadas e invisibilizadas no processo de produção da história, além de, terem sido impedidas de desenvolver um *como fazer* neste contar e re-contar, sendo construídas como o "outro", "o não falante", as feministas buscaram lançar mão de um novo conjunto de discursos que desconstroem a narrativa da "história universal" tal como foi escrita, e substituí-la por narrativas escritas sob o ponto de vista das mulheres. A denúncia do silêncio ruidoso das mulheres (PERROT, 1992) lança as feministas na busca de quem é o sujeito da história. Esta procura repercutiu também sobre os sujeitos produtores das "verdades", o que resultou em uma ruptura com o pacto de silêncio na produção científica. Pacto este que foi essencial na produção tal como vemos hoje (FOUCAULT, 2004).

A ciência nos moldes hegemônicos que vemos hoje teve influência direta das proposições do teórico René Descartes, no século XVII, com o desenvolvimento do sistema cartesiano de compreensão e desenvolvimento da ciência (BERMAN, 1997). Autores posteriores desenvolveram modificações mas de maneira geral mantiveram a maior parte de seus pressupostos (JAGGAR & BORDO, 1997). São eles: o conhecimento científico pode ser obtido sem que haja interferência do pesquisador, já que a natureza é objetiva e pura que pode ser capturada com procedimentos metodológicos rigorosos; a natureza é acessível para os pesquisadores por que a realidade em si, imutável, constante e permanente; a produção do conhecimento como uma atividade humana individual e desvinculada das condições sócio-históricas de sua produção; e por fim tem o racionalismo e o empirismo científico como pilares sendo a razão o elemento principal faculdade humana (JAGGAR & BORDO, 1997).

As precedentes pressuposições epistemológicas são acompanhadas por ontologias caracteristicamente dualistas que separam nitidamente o universal do particular, a cultura da natureza, a mente do corpo e a razão da emoção. Tais pressuposições epistemológicas e ontológicas harmonizam-se para constituir uma estrutura firme e familiar para compreender a natureza, natureza humana e o entendimento humano. A busca crítica de Descartes por certeza, ordem e clareza foi levada avante por

pensadores ocidentais — embora não sem dissensão e contestação — até alcançar seu auge no positivismo e neopositivismo da filosofia analítica anglo-americana. (JAGGAR & BORDO, 1997, p. 09-10).

As teorias feministas não foram as primeiras e, não serão as últimas a elaborar uma crítica à ciência moderna (MAFFIA, 2002; SARDENBERG, 2002; LOPES & COSTA, 2005; CALVELLI & LOPES, 2011; BANDEIRA, 2008) distintas correntes do pensamento realizaram apontamentos sobre a universalidade, a neutralidade e a objetividade científica, se atentando a como, pra quem e porque as verdades científicas são construídas. Os estudos pós-coloniais, a teoria sociológica da ciência, os estudos culturais, a teoria crítica, a teoria pós-moderna, entre outros têm procurado contextualizar e criticar os saberes científicos, principalmente, os saberes que propõem formas de compreensão da sociedade e da civilização moderna (MENAFRA, 2007; JAGGAR & BORDO, 1997). Nesse caminho o pensamento feminista constitui uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna, sendo a única forma legítima de produzir e obter conhecimento científico.

A epistemologia feminista contemporânea compartilha o senso crescente de que o sistema cartesiano é fundamentalmente inadequado, uma visão de mundo obsoleta e auto-ilusória, necessitando urgentemente de reconstrução e revisão. (JAGGAR & BORDO, 1997, p. 10).

Pensar em uma epistemologia feminista é centra-se em sua contribuição fundamental, na crítica à ciência como uma prática universalista, objetiva e ontologicamente neutra (FARGANIS, 1997). O que resulta no questionamento direto ao sujeito do conhecimento. O desdobramento desta crítica exige questionar os seus tradicionais sistemas e categorias de sexo/gênero, corpo/mente, articulados aos pensamentos normatizados sobre raça, classe, dentre outros (NARAYAN, 1997). Trata-se de tornar inteligíveis, questionáveis e políticos os processos e dispositivos de saber e poder que produzem as racionalidades de produção do conhecimento hegemônico. Em outras palavras, faz-se importante desconstruir um pensamento único e genérico, equivalente a uma episteme que produz o dominado *versos* o dominante, e, conseqüentemente, as complexas relações de subalternidade que engendram contradições acerca de quem pode ser ouvido na ciência contemporânea. Desse modo, pode-se discutir um olhar diverso sobre a história política da ciência, considerando a necessidade da desnaturalização de todas as relações sociais (LINTON, 1997).

A constatação da multiplicidade da crítica a ciência moderna nos aproximou de duas perguntas feitas pela teórica Lourdes Bandeira (2008): "Quais teriam sido então as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade centrou-se a crítica feminista?" (p.209). Na busca pelas especificidades da crítica feminista à produção científica hegemônica, propomos que estas perguntas sejam consideradas a partir do contexto presente. Em outros termos, busca-se refletir sobre as contribuições do feminismo para a produção científica do conhecimento em seu nível epistemológico e metodológico.

Os feminismos problematizaram quem e como o conhecimento é produzido. Para elas, a escrita é a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos e como parte de um grupo capaz de realizar transformações importantes da estrutura social. Questionam quem angaria lugar de sujeito na produção científica e a hegemonia do modelo científico cartesiano e positivista. Esta interpretação do campo científico propicia a emergência das seguintes questões: quem regula o espaço acadêmico e as organizações a ele confinadas e o que se regula concretamente? Quais as consequências de um modelo científico único e excludente para as mulheres?

Tem-se aqui a interpelação do campo científico como um caminho para a compreensão da sociedade e da produção de sentido sociais. As feministas passam a compreender o campo das ciências como um espaço de construção de verdades e disputas de poder. E, conseqüentemente, travaram embates no intuito de fazerem parte deste *corpus* imbuído de legitimidade na construção de conhecimento e sentidos sociais.

A reivindicação pelo direito a lugares de fala na produção de verdades sociais produz como efeito a denuncia que a ciência está ancorada em um sistema patriarcal, de supremacia masculina, onde a "vida da mente" (HOOKS, 1995) não cabe às mulheres (HARDING, 1986). Nestes termos, o espaço científico é apresentado como um lugar interdito (HOOKS, 1995). E neste momento, interrogam-se sobre quem é o sujeito da ciência, quem pode alcançar o lugar de intelectual, quais questões são possíveis de existirem neste modelo científico e ainda, como é possível fazer ciência. Assim como na reivindicação do direito à produção da história as feministas questionaram o direito a construir verdades científicas sobre a sociedade.

A ciência é compreendida como o resultado de disputas entre agentes e posições por capital simbólico. Em outras palavras, uma arena em que distintos

sujeitos lutam por legitimidade e reivindicam reconhecimento destes como produtores de verdades. Nos termos bourdieusianos, a posse de capital nesta proposta resulta em autoridade intelectual e científica (BOURDIEU, 2004). A área científica é vista como um campo de disputa, o que resulta na construção de uma definição hegemônica de ciência, e, desta maneira, instaura um "paradigma". A partir disso, todo conhecimento que se pretende legítimo deve se aproximar do padrão científico hegemônico moderno. Nesta perspectiva, o campo científico constrói uma história em que alguns serão vencedores e outros vencidos. Vale ressaltar que os sujeitos não entram para esta "batalha" com o mesmo "potencial ofensivo", dito em outra maneira, os sujeitos que disputam a legitimidade na construção de um conhecimento científico não entram de forma igual nesse campo (BOURDIEU, 2004).

Nestes termos a ciência é, uma invenção que busca uma verdade, ainda que transitória, na relação que se investiga de uma realidade e a sua representação, o que cria uma forma de explicar o mundo e, assim, dominá-lo (FOUCAULT, 2004). Os critérios que norteiam a busca da verdade científica, na sua duração, alteram-se em função dos valores de verdade aceitos, praticados e modificados pela comunidade científica.

Por analogia, os sujeitos se organizam hierarquicamente no interior do campo de poder a partir do capital simbólico. O capital simbólico é o poder atribuído aos que obtiveram "reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento" (BOURDIEU, 2004, p.166). O capital simbólico confere poder simbólico ao cientista, sendo este um poder invisível, ou seja, atribui-se poder e legitimidade ao agente que o possui a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo.

No que se refere ao "potencial ofensivo", as mulheres têm estado em desvantagem ao longo da ciência moderna. O homem, tido como medida de todas as coisas, historicamente, tem ganhado está "batalha" por legitimidade científica, no questionamento das ideias e conceitos que dizem respeito à sociedade e tem criado teorias totalizantes. Ao passo que, às mulheres, constituídas nesta relação como "o outro", "aquilo que não se deve ser", restou uma posição menos privilegiada neste campo: a de dedicar-se nas investigações de temas mais específicos e menos relevantes para uma ciência geral (CARVALHO, 2006).

Com o intuito de superar o caráter androcêntrico, conservador, excludente e opressor das ciências hegemônicas, o campo teórico feminista propõe uma

produção de saber científico que dê nome às desigualdades de gênero em seu interior, tomando o campo científico como um espaço em que se estabelecem relações de poder (FRANCA, 2013). Esse campo teórico tem feito isso através da transgressão da linha divisória entre política e ciência (HARDING, 1996). Com isso, põe-se a baixo o mito da democracia científica e se instaura um regime de vigilância e controle da produção científica desenhando-se um projeto de conhecimento emancipatório.

Esta outra forma de produção do conhecimento decreta como ultrapassada a figura do cientista isolado em sua "torre de marfim", onde apreende um conhecimento que está esperando para ser capturado, e instaura uma produção de saber que dialoga com outros saberes e tem, na interação, a forma de apreensão/construção do conhecimento; formulando um conhecimento que não é isento da subjetividade, das emoções, sensações e sentidos provocados pelo contato social (HARDING, 1996; SARDENBERG, 2002; CALVELLI & LOPES, 2011; PELÚCIO, 2012). Nestes termos, o privado ganha espaço e destaque na prática científica.

É inegável que esta nova proposta científica trouxe novas configurações a este campo. As mulheres passam a ser simultaneamente pesquisadoras e objeto de pesquisas, o que veio a fomentar as discussões sobre a neutralidade da ciência. Os critérios de neutralidade e objetividade dão lugar à subjetividade sem, no entanto, perder o rigor necessário à ciência (HARDING, 1993). Desta maneira, reafirmo "abandona-se a pretensão de ser a objetividade e a neutralidade, herdadas do positivismo, como única válida de construção do conhecimento" (CALVELLI & LOPES, 2011, p. 347-348). Nestes termos a um rompimento com uma estrutura que, em um momento anterior, garantiu o respaldo científico e o caráter de verdade.

A proposta feminista consiste na recusa de balizas fixas, na não aceitação de totalidades universais, na contraposição a uma visão masculinista de ciência e na ruptura do dualismo entre sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, pensamento/sentimento (RAGO, 1994; ARRAZOLA, 2002). Ela historiciza seus conceitos e compactua com uma ciência comprometida com a transformação social, atenta à dimensão ética da produção de conhecimento, aos efeitos de poder dos mesmos e às suas implicações políticas. Nesse sentido, rompe com qualquer universalidade, já que padrão sempre exclui alguns, trazendo as questões das mulheres para o âmbito do particular. Acaba ainda por dê-*s*-fixar parâmetros

permanentes de poder-saber. Incorpora a dimensão da subjetividade aos pilares da produção científica, assim, o que antes foi tido como pertencente ao âmbito do privado passa a fazer parte do campo público, do científico. Introduzir a subjetividade como aspecto de análise significa romper com a dicotomia sujeito-objeto; na proposta feminista, sujeito e objeto estão diluídos um no outro (DIAS, 1992, 1994; MAFFIA, 2002).

Nesta proposta, o sujeito produtor do conhecimento passa a ser entendido como fruto das determinações sociais e culturais em que está inserido, em um complexo campo de relações sociais, sexuais, étnicas, raciais, entre outras. O conhecimento científico não é uma entidade objetiva. Pode-se concluir que o pensamento feminista torna sua produção contextual, histórica e relativa, além de "historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar" (DIAS, 1994, p.375). Propõe, assim, uma produção de saberes localizados (HARAWAY, 1995) social, temporal e politicamente, abandonando a pretensão da universalidade e da verdade única, isto é, não pode ser compreendida como a única forma de construir o conhecimento. Introduz novos sujeitos como atores e outros sujeitos como objeto de pesquisa (BANDEIRA, 2008), além de possibilitar a inserção de novos temas e questões. Podemos, rapidamente, nomear alguns: a sexualidade, o corpo, a emoção, a discriminação, o preconceito, entre outros (CALVELLI & LOPES, 2011).

Nestes termos a rejeição ao modelo científico moderno hegemônico por parte do pensamento feminista e de outras teorias e campos de estudo baseasse na busca da ruptura da produção de uma pesquisa sem um sujeito, tal como a crença nas dicotomias corpo-mente, razão-emoção, sujeito-objeto. As conclusões feministas sobre o "como" e "por que" fazer ciência apontam para a denúncia da unicidade do sujeito da ciência, sendo este masculino. O fazer científico hegemônico se estruturou, conforme dito anteriormente, segundo as teóricas feministas, na tríade: universalidade, objetividade e neutralidade. As teóricas feministas ao se debruçarem sobre os mecanismos epistemológicos e metodológicos que, por muito tempo, negaram qualquer reconhecimento à produção de mulheres na ciência, tiveram como resposta feminista a pluralidade de possíveis produtores/as de verdades a partir da proposição de uma nova tríade explicativa: posicionamento, reflexividade e criticidade (NEVES & NOGUEIRA, 2005).

A teórica feminista Joan Scott (1999) inaugura um debate acerca do conceito de experiência em uma dimensão referenciada ao conhecimento teórico-político. A autora define experiência como "processos pelos quais sujeitos são criados" (SCOTT, 1999, p. 48), as situações e posições que são conferidas aos sujeitos ao longo de sua história. As críticas ao uso da categoria experiência tal qual proposto por Scott (1999) foram desenvolvidas, principalmente, as feministas da terceira onda. Estas feministas questionavam a redução da experiência como um evento simplesmente linguístico ou textual. Dentre estas, as feministas terceiro-mundistas têm discutido a relação entre experiência, política e ciência (BACH 2010) e questionam a parcialidade do pensamento teórico das feministas brancas do sul. Para estas é preciso experiências situadas, de vozes múltiplas e diversas que proporcionem um conhecimento útil para pensar o passado, mas, principalmente, para redesenhar futuros (BACH, 2010). Bach (2010) propõe produzir suas teorias a partir da experiência de viver nas margens, no sul.

Assim, a proposta feminista de conhecimentos situados propõe novos significados sobre o que se considera conhecimento científico e outros sentidos à objetividade (BACH, 2010). É a partir da ideia de experiência como uma categoria analítica que se tem compreendido os processos de subjetivação do pesquisador e da pesquisadora, evidenciando como a posição de sujeito e as experiências distintas interferem na produção do conhecimento (FURLIN, 2012).

169

MULHERES, ciência e escrita de si

Retomando alguns elementos da história da participação das mulheres no mundo acadêmico, vemos que ela se inicia, muito anterior ao final do século XIX quando as mulheres passam a ter o direito de ingressar no ensino superior. O mesmo século que é marcado pela profissionalização da ciência com a instauração de um código, constando normas de conduta e escala de valores e hierarquias no campo científico. Com estas mudanças, as mulheres experimentaram novas dificuldades para se inserirem nessa instituição de caráter masculino, elitista e estratificado. Elas tiveram que desenvolver novas estratégias de enfrentamento, uma delas foi à participação silenciosa nas pesquisas através de familiares e companheiros (TOSI, 1998). No século posterior, encontramos um maior número de relatos de mulheres na ciência com o reconhecimento de algumas pioneiras em áreas específicas (LETA, 2003).

De lá pra cá há um interesse crescente pelos estudos sobre as mulheres na ciência, no contexto da literatura brasileira. No mesmo caminho, Maria Lopes (1998) afirma que os estudos históricos sobre mulheres e as ciências naturais ainda são incipientes no Brasil e com poucos dados sistemáticos. O século atual é marcado pela inserção massiva de mulheres no campo científico, principalmente no campo das ciências humanas. Dados do último senso do ensino superior, do ano de 2015, evidenciam que as mulheres ocupam cerca de 52% dos cargos de docências nas universidades o que não podemos desconsiderar como um grande avanço (INEP/MEC, 2015). O que se vê entanto, é que a distribuição destas discentes entre as diferentes áreas do conhecimento não se dá de forma igualitária e o percentual de docentes do sexo feminino diminui na medida que analisamos os cargos mais altos da carreira.

Os dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, referente ao ano de 2016, apontam que as mulheres estão em maior número nos programas de pós-graduação que os homens o que explicita que as mulheres se qualificam mais. O que não resulta em uma maior participação em outras instancias no campo da coordenação e diretoria, por exemplo (DGP/CNPq, 2016). Assim a igualdade na distribuição de autoria dos trabalhos científicos observada no Brasil não se reflete, no entanto, nos cargos científicos de liderança. Reitores de universidade, chefes de departamentos e coordenadores de linhas de pesquisa ainda são, em sua maioria esmagadora, homens. O que temos é que o percentual de mulheres nos diversos níveis tem se mantido estável nos últimos dez anos e este percentual diminui a medida que avança na carreira.

Ainda buscando perceber o distanciamento entre as mulheres cientistas e a participação destas em instancias superiores nas Universidades e Centros de pesquisas Maria Hayashi, Rodrigo Cabrero, Maria Costa & Carlos Hayashi (2007) evidenciam que entre os 142 membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) apenas 20 reitoras, ou seja, menos de 15% são mulheres. Ao analisar a representação de mulheres em comitês de assessoramento a partir dos dados da composição senso 2009 do CNPq (BRASIL, 2011) se pode ver que no total de 229 assessores, 27 membros são mulheres (SILVA, 2012). Os dados do Diretório do CNPq assim como as informações do Conselho de Reitores das Universidades apontam que quanto maior o prestígio e poder do cargo acadêmico menor a participação das mulheres.

"É o "teto de cristal" no qual as mulheres esbarram, que as deixam à margem dos postos de maior poder, prestígio e responsabilidade em ciência e tecnologia" (HAYASHI, CABRERO, COSTA & HAYASHI, 2007, p.173) ou dito de outro modo são os mecanismos de subalternização que constitui um uma experiência de inferiorização que se manifesta inclusive na maior dificuldade das mulheres avançarem em suas carreiras profissionais. Assim, embora as estatísticas explicitem que as mulheres têm participado da ciência no contexto brasileiro, chegando a ultrapassar o número de homens em algumas profissões, por outro, as mulheres ainda não avançam na carreira na mesma proporção que os homens. O que me leva a questionamentos sobre os porquês de as mulheres avançarem a passos mais lentos que homens em suas carreiras acadêmicas ou não ocuparem espaços máximos de poder acadêmico.

Nestes termos como bem enuncia Spivak (2010) o sujeito em todas as esferas públicas sempre foi o falante, o que não está emudecido. Tantas outras autoras vão dizer que o falante foi, historicamente, o homem. Na ciência, isso não é diferente. Silenciadas, muitas mulheres, precisaram ou construir outras racionalidades para ousarem a ocupar estes espaços designados aos falantes ou falar a língua do outro. Destas, como dito anteriormente, as mulheres negras e pobres preenchem, segundo Spivak (2010) todos os requisitos para ser considerada em uma condição subalterna. Outras características, certamente, poderiam ser acrescentadas a negritude e a pobreza para complexificar o olhar sobre os produtores da e na ciência: lésbicas, latino-americanas, orientais e etc..

Alguns/mas vão dizer que parece antiquado falar em subalternidade feminina na ciência aja vista o número de mulheres que tem ocupado espaços como universidades, reitorias, prateleiras inteiras de grandes livrarias. Mas o que estou tratando é da constatação das hierarquias científicas que tem originado a inferiorização de uns em detrimento a valorização de outros. Esta constatação guiou o pensamento feminista a duras críticas ao modelo científico hegemônico. As feministas questionam uma racionalidade machista a qual estava submetida à ciência e na denunciam do “*ethos*” masculinista na ciência. Assim, as críticas feministas versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico.

O que pretendemos argumentar aqui é que ser homem ou ser mulher resulta em uma apropriação de significados materializados no corpo, através da

incorporação de experiências sociais, históricas, linguísticas e, portanto, culturais e políticas. Os corpos masculinos e femininos são resultado da produção científica, cultural e histórica. Nestes termos a mulher é uma categoria discursiva, imersa em significados sendo produto e efeito do poder e do saber (NICHOLSON, 2000). O que vale reforçar é que o está em jogo é a construção social do corpo e suas resultantes no direito ou não de fala pública.

Nesse contexto parte-se da afirmativa, em concordância com Nelly Oudshoorn (2000), de que não há *a priori* uma verdade natural ou biológica sobre o corpo, ele é significado na cultura. Assim um corpo é sempre um corpo carregado de sentido, dito de outro modo, o corpo se torna feminino através da mediação da linguagem.

É sabido que o processo de “fabricação” de sujeitos é contínuo. Aprender a ser homem e aprender a ser mulher são lições que fazem parte do cotidiano dos sujeitos desde o nascimento por processos, estratégias e práticas culturais variadas. Distintas instituições legislam sobre os corpos e produzem os discursos, ao mesmo tempo em que, as expressam e/ou significam e re-significam as representações sobre a mulher (NICHOLSON, 2000; LAQUEUR, 2001 e BUTLER, 2003).

O teórico Michael Foucault (2004) chama a atenção para o interesse sobre o corpo, ele aponta que o desejo sobre a compreensão do corpo esta na sociedade desde a época clássica, sendo um objeto alvo de poder, e que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). O corpo, nesta interpretação, é reiterado como uma superfície em que se inscrevem acontecimentos biológicos, sociais e culturais, e não como algo dado *a priori*, como se ele fosse dotado de essências biológica, histórica ou transcendental (FOUCAULT, 2004).

Tais questionamentos vislumbram a importância de pensar a produção científica (KOIRÉ, 1973; BOURDIEU, 1983, 2004; FOUCAULT, 1986, 2002) como a própria vida (FOUCAULT, 1992; RAGO, 2013; MCLAREN, 2016). Sendo assim os processos de generificação da produção de mulheres cientistas feministas psicólogas tramam uma rede subjetiva de tecidos sociais, culturais, acadêmicas e políticos que ganham contorno a partir da lógica desse campo científico hegemônico (NUERNBERG, 2005).

CONSIDERAÇÕES finais

Toda esta reflexão me conduz a pensar a relação pesquisadora e produção de conhecimento passa por lançar na análise não ingênua da produção de corpos sexuados e generificados no campo científico. Nossa hipótese é que as cientistas feministas ao produzirem suas pesquisas se produzem e são invadidas por suas produções e interações com seus sujeitos.

Nos becos da memória mulheres cientistas foram pensando e repensando suas histórias e trajetórias, alicerçadas em uma proposta científica positivista e androcêntrica não se tinha o costume de registrar a história que compunham sua trajetória acadêmica, intelectual e científica em papel, mas na memória das pessoas. Sendo, muitas vezes, a oralidade uma tradição ligada ao questionamento de uma norma generificada no campo científico no compartilhamento de suas experiências no passado, o que vemos é que ainda hoje, não há uma valorização do texto escrito no campo de gênero e dos estudos das mulheres. Assim como outros grupos sociais as mulheres, por um longo tempo, foram silenciadas no campo acadêmico/científico. Ao tomar para si o movimento da escrita, atividade que por tantos anos foi-lhes negada.

Rompendo com a dicotomia sujeito versus objeto se antes eram objetos, tornam-se sujeitos de sua história, escritoras, cientistas, pesquisadoras, dedicando-se a um amplo leque de possibilidades de fazer ciência. Um grupo destas, entretanto, buscaram por meio de seus textos, a perpetuar memórias, e reivindicar uma reparação histórica e mudanças estruturais nos modos de fazer ciência.

Nestes termos a escrita de si é uma escrita performática onde o sujeito é convocado a expor-se, (re)construir-se e (re)significar-se, na medida em que contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre as próprias vivências construindo experiências feministas (CARNEIRO & ROSA, 2016). O que queremos dizer aqui é que a escrita de si como uma produção de conhecimento referencial, local e contextual é um instrumento para análise do processo de agenciamento, produção de verdades sociais e científicas e de transformação social. Nestes termos a escrita como a significação de uma experiência feminista com análise das dinâmicas de poder vislumbra a produção de autonomia e individuação, em outros termos uma imaginação emancipatória.

Entende-se que mais do que pensar para realizar escritas, escrevemos para pensar, e é este um exercício de elaboração, de articulação de ideias e de sentidos, o que corrobora com o processo de individuação. Este processo será geralmente feito com medo, com angústia, com dor, com mortes simbólicas, mas é o caminho, como aponta Audre lorde (1984) (CARNEIRO & ROSA, 2016, p. 51).

Ao investigar o relatar a si mesmo, o experienciar-se, busco, justamente, compreender o que significou, e se significou, interessa-me conhecer, perpetuar e analisar. Frei Betto (2017, p.23) ao escrever sobre a escrita e sua importância na vida social afirma que escrever "é expor suas entranhas" é "trazer as vísceras à luz do sol", o que Margareth Rago (2013), também, aponta ao falar da necessidade de uma coragem feminina para expor a verdade, para nos termos propostos por Michael Foucault (2002) para evidenciar a escrita de si como um movimento ambíguo de produção de uma estética da existência que pode aprisionar o sujeito a uma compreensão da experiência como única e particular ou produzir uma autonomia que pressupõe a existência de um nós compartilhado em uma (re)invenção do eu e do meio social como explícita Judith Butler (2015) ao tratar do desafio de relatar a si mesmo de maneira não confessional.

O desafio que se estabelece que é o de como balizar é: Como investigar/interagir com realidades invisibilizadas? Como enfrentar problemas que não são reconhecidos como problemas? Diante dos desafios apresentados seria reducionista pensar metodologias como simples procedimentos técnicos. O que se apresenta aqui é o de dialogar com sujeitos, historicamente, emudecido e de traçar caminhos metodológicos que nos possibilitem ouvi-las, deixar suas vozes ecoarem tanto como sujeitos pesquisadoras quanto pesquisadas (LINTON, 1997).

O problema a se enfrentar é pensar quais procedimentos epistemológicos e metodológicos tem permitiram uma interação teórica onde se fale com e não se fala por e como estes procedimentos tem sido investigados. Busca evidenciar conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento feminista sobre ciência: reflexividade, criticidade e posicionamento. Em outros termos, procura-se refletir sobre as contribuições do feminismo para a produção científica do conhecimento em seu nível epistemológico e metodológico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandra. R. G. (2010). Prefácio: apresentando Spivak. In: Spivak, Gayatri C. In: ALMEIDA, S. R. G.; FEITOSA, M. P. F & A. P. Feitosa, (trads) *Pode o Subalterno Falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.07-21.

ANZALDÚA, Gloria E. (2004). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque (2002). Ciência e crítica feminista (pp. 67-77). In: Costa, Ana Alice Alcântara & Sardenberg, Cecília Maria Bacellar (Org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: NEIM/UFBA: Redor.

BACH, A. (2010). Las voces de la experiencia. El viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos.

BANDEIRA, Lourdes. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, p.207-228.

BETTO, Frei (2017). Ofício de escrever. Anfiteatro: Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre (2004). Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP.

BOURDIEU, Pierre. (1983). O campo científico (pp. 122-155). In: Ortiz, Renato (Org.).

BUTLER, Butler, Judith. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judiht (2015). Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autentica Editora.

CALVELLI, Haudrey Germiniani & LOPES, Maria de Fátima (2011). A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In *Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV*, pp. 347-353. Recuperado em 22 de julho de 2013 de www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf.

CARNEIRO, Anni de Novais; ROSA, Laila (2016) *Escrevivências feministas: caminhos de autoria e processos de individuação*.(p.38-53) Em: Denega, Darlene S. V. Andrade; Santos, Helena M. dos. *Gênero na psicologia: saberes e práticas*. Salvador: CRP-03.

CARVALHO, Ana Paula. (2006). As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. In: *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf

FOUCAULT, Michel (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária.

FOUCAULT,, Michael (2002). “*Os corpos dóceis*”. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhet. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 125-152.

FOUCAULT,, Michael (2004). *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal.

FOUCAULT,, Michel (1992). A escrita de si. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. pp. 129- 160.

FRANÇA, Thais (2013). Mulheres que imigram através da academia: articulando gênero, raça e feminismo na produção de conhecimento. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO- E- Book, (28), 5-20.

FURLIN, Neiva (2012). A categoria de experiência na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3), 955-972.

HARAWAY, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.

HARDING, Sandra. (1996). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata.

HOOKS b., BRAH A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. *Otras inapropiables, Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de sueños, 2004. Accesible en <http://www.nodo50.org/ts/editorial/otrasinapropiables.pdf>

KOIRÉ, A. (1973). *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense universitária, 1991.

LACLAU, Ernesto (1993). Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo. In: . Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. (pp. 19-99). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

LAQUEUR, Thomas. (2001). Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LETA, Jacqueline (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*. 17 (49), 271-284.

LINTON, Rhoda. Rumo a um Método Feminista de Pesquisa. In: Alison M. Jaggar e Susan Bordo (orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.293-314.

LOPES, Maria Margaret e COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências, In. QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. (org.) *Gênero nas fronteiras do sul*, 2005, p.75-83

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. In DOSSIÊ: GÊNERO NA CIÊNCIA. *Cad. Pagu* no.27 Campinas July/Dec. 2006.

MAFFIA, Diana. Crítica Feminista à Ciência. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs), *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/ Neim-FFCH/UFBA, 2002.

MOUFFE, Chantal. (1996). O regresso do político. Lisboa, Portugal: Gradiva.

NARAYAN, Uma. O Projeto de Epistemologia Feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan (orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

NEVES, Sofia e NOGUEIRA, Conceição. (2005) A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e sociedade* 15 v.2, p. 43-64.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs), *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/ Neim-FFCH/UFBA, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (trads. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa & André Feitosa). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de (2012). Sobre a possibilidade ou impossibilidade de fala do subalterno e o papel do intelectual: notas acerca da reflexão de Spivak. In: Anais do III Seminário do PPGS UFSCar: Sociologia em movimento: novos olhares, novas perspectivas. p.1-10, São Carlos. Recuperado em 10 de outubro de 2017, de http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/vercoza_lc3bacio.pdf

177

Artigo Recebido em 30 de agosto de 2017.

Artigo Aprovado em: 28 de dezembro de 2017.

